



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento Nº DE 2016
(Do Sr. Ezequiel Teixeira)

Requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, solicitação de informações, quanto aos recursos que foram aplicados no Movimento Sem Terra e Movimento Sem Teto, esclarecendo, ainda, o que foi feito no âmbito destes Movimentos durante os últimos 13 anos, ao Ministro das Cidades.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos previstos no regimento interno, no que tange a atribuição da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, solicitação de informações ao Eminentíssimo Ministro das Cidades, nos seguintes termos:

A - O detalhamento dos recursos empregados para o desenvolvimento do Movimento Sem Terra (MST) e Movimento Sem Teto (MTST), com o detalhamento da despesa de 01/01/2013 até a presente data;

B – Tendo em vista o emprego de recursos federais, solicito o envio de esclarecimentos a respeito do que foi desenvolvido nestes Movimentos nos últimos 13 anos.

JUSTIFICAÇÃO

A fiscalização da correta aplicação de recursos é atribuição Constitucional do Administrador Público, enquanto ordenador da despesa, dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tribunais de Contas, bem como, da Câmara dos Deputados, mormente no que tange a função Constitucional da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Necessário trazer a comento, ainda, o princípio da publicidade esculpido pelo Poder Constituinte Originário no caput do art. 37 da Constituição da República e a necessidade de viabilizar o eficaz desenvolvimento das atividades pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Conforme divulgado recentemente pelo O Globo, esta entidade que ocupa terrenos vagos (MST e MTST), já conseguiu cerca de R\$ 89 milhões para construir cerca de 1.600 moradias em três estados: São Paulo, Pernambuco e Goiás.

No entanto, causa estranheza o fato de que nos últimos 13 anos não se deslumbrou nenhum avanço no assentamento das famílias, evidenciando, portanto, mais uma vez a farra com o dinheiro público, uma vez que os recursos aplicados não estão gerando nenhum retorno benéfico para a população.

Desta forma, merece destaque, ainda, o fato de que esta situação evidencia um total desrespeito a direitos constitucionais básicos do cidadão, como o direito à moradia e a dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, diante da situação apresentada e considerando a função constitucional, infraconstitucional desta Comissão e a necessidade de fiscalizar a correta aplicação de recursos federais, solicito a aprovação do presente REQUERIMENTO.

Dep. Ezequiel Teixeira
PTN/RJ